



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23326.009167.2017-15**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Instituto Federal da Paraíba– Campus João Pessoa**, por meio da **Coordenação de Licitação**, sediado na Av. Primeiro de Maio, 720 – Jaguaribe, João Pessoa/PB, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **10/11/2017**

Horário: **09h00**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br**

Código UASG: **158469**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição e instalação de equipamentos de climatização (condicionadores de ar) das salas de aula, restaurante estudantil e do bloco da UAG do IFPB Campus João Pessoa e Órgãos Participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus João Pessoa** (UASG 158469) - Av. 1º de maio, 720 – Jaguaribe – João Pessoa/PB, em horário de expediente da Coordenação do Almojarifado: 08 às 12h e das 13 às 17h.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Por se tratar de uma demanda específica, planejada e elaborada para atender as necessidades do Campus João Pessoa, esta IRP não foi divulgada para participação;

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação interessados:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1. nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2. nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.6.1. valor unitário;
 - 6.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
 - 6.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.
 - 6.6.3. Marca;
 - 6.6.4. Fabricante;
 - 6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
- 7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.15. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.16. Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de

pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.19. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

7.19.1. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.19.2. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

7.20. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.20.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.21.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

- 8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.6. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do Anexo II - Decreto nº 3.555/2000.
- 8.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 8.7.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.11. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.12. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem

de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.3. Habilitação jurídica:

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.3.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

9.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.6. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.5. Qualificação econômico-financeira,

9.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.5.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.5.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.5.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.6. As empresas, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio e-mail licitação.jpa@ifpb.edu.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 5 (dias) úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), fac-símile (fax) ou e-mail.

9.8.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Em relação às licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica e à

regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.8.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.8.3. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.14. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses,

serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante

correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

21.1.2. apresentar documentação falsa;

21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. não mantiver a proposta;

21.1.6. cometer fraude fiscal;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.4.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.jpa@ifpb.edu.br, por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Av. 1º de maio, 720 – Jaguaribe – João Pessoa/PB, dirigida à Coordenação de Licitações.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.ifpb.edu.br, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e

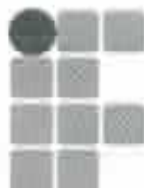
período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 23.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 23.10.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;
- 23.10.3. ANEXO III – Minuta da Autorização de fornecimento;
- 23.10.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato.

João Pessoa, 21 de setembro de 2017.

NEILOR CESAR DOS SANTOS
Diretor Geral do Campus João Pessoa do IFPB



TERMO DE REFERÊNCIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição e instalação de equipamentos de climatização (condicionadores de ar) das salas de aula, restaurante estudantil e do bloco da UAG do IFPB - *Campus João Pessoa* e Órgãos Participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	APARELHO	INSTALAÇÃO	VLR. UNIT.	TOTAL
1	Condicionador de ar tipo <i>Split Hi-Wall</i> 9.000 BTU's tecnologia <i>Inverter</i> - compressor rotativo <i>Inverter</i> , cor do painel branca (evaporadora), com capacidade nominal de refrigeração de 9.000 BTU/h, etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo de classificação classe "A"; gás refrigerante ecológico (R-410A) tipo de ciclo frio; tensão de 220v/60Hz - monofásico, baixo nível de ruído; reinício automático; proteção anti corrosão, filtro anti bactéria de alta performance lavável, função refrigeração rápida, função desumidificação; controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade), timer,	9	Pç	R\$ 1.386,99	R\$ 622,67	R\$ 2.009,66	R\$ 18.086,94

Handwritten signatures and initials in blue ink.



sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar) unidade interna compacta; fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa – PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal; tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre. Fornecimento e instalação.

2
Condicionador de ar tipo **Split Hi-Wall 12.000 BTU's** tecnologia **inverter** - compressor rotativo **inverter**, cor do painel branca (evaporadora), com capacidade nominal de refrigeração de **12.000 BTU/h**, etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo de classificação classe "A", gás refrigerante ecológico (R-410A), tipo de ciclo frio; tensão de 220v/60Hz – monofásico, baixo nível de ruído, reinício automático; proteção anti corrosão; filtro

23

Pç

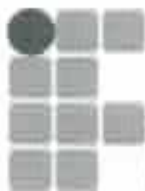
R\$
1.575,00

R\$
699,33

R\$
2.274,33

R\$
52.309,59

29



anti bactéria de alta performance lavável, função refrigeração rápida; função desumidificação; controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade), timer, sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar), unidade interna compacta, fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa – PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal, tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre. Fornecimento e instalação.

3. Condicionador de ar tipo *Split Hi-Wall* 18.000 BTU's tecnologia *inverter* - compressor rotativo *inverter*, cor do painel branca (evaporadora), com capacidade nominal de refrigeração de 18.000 BTU/h, etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo

22

Pç

R\$
2.364,04

R\$
854,33

R\$
3.218,37

R\$
70.804,14

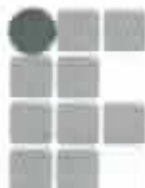
10

M



	<p>de classificação classe "A"; gás refrigerante ecológico (R-410A); tipo de ciclo frio; tensão de 220v/60Hz – monofásico, baixo nível de ruído; reinício automático; proteção anti corrosão; filtro anti bactéria de alta performance lavável; função refrigeração rápida, função desumidificação; controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade), timer, sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar); unidade interna compacta; fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa – PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal; tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre. Fornecimento e instalação.</p>						
4	Condicionador de ar tipo <i>Split Hi-Wall</i> 24.000 BTU's tecnologia <i>inverter</i> - compressor rotativo <i>inverter</i> ,	22	Pç	R\$ 3.046,13	R\$ 737,00	R\$ 3.783,13	R\$ 83.228,86

Handwritten signature



cor do painel branca (evaporadora), com capacidade nominal de refrigeração de **24.000 BTU/h**, etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo de classificação classe "A", **gás refrigerante ecológico (R-410A)**, tipo de ciclo frio, **tensão de 220v/60Hz – monofásico**, baixo nível de ruído, reinício automático, proteção anti corrosão, filtro anti bactéria de alta performance, lavável, função refrigeração rápida, função desumidificação, controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade), timer, sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar), unidade interna compacta; fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa – PE. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor, manual de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal;

pe

M



	tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre. Fornecimento e instalação.						
5	Condicionador de ar tipo Split Hi-Wall 30.000 BTU's tecnologia inverter - compressor rotativo inverter , cor do painel branca (evaporadora), com capacidade nominal de refrigeração de 30.000 BTU/h , etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo de classificação classe "A"; gás refrigerante ecológico (R-410A); tipo de ciclo frio; tensão de 220v/60Hz - monofásico , baixo nível de ruído; reinício automático; proteção anti corrosão; filtro anti bactéria de alta performance lavável; função refrigeração rápida; função desumidificação; controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade), timer, sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar), unidade interna compacta; fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa - PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual	1	Pç	R\$ 6.092,00	R\$ 909,00	R\$ 7.001,00	R\$ 7.001,00



de instrução em português.
Distância mínima entre a
evaporadora e a
condensadora: 3 (três) metros
e máxima 20 (vinte) metros.
Gabinete da unidade externa
(condensadora) de metal,
tubulação da unidade externa
(condensadora) de cobre.
Fornecimento e Instalação.

Condicionador de ar tipo **Split**
Cassete 17.000 BTU's
tecnologia **inverter** -
compressor rotativo **inverter**.
cor do painel branca
(evaporadora), com capacidade
nominal de refrigeração de
17.000 BTU/h, etiqueta de
eficiência energética com
certificação do INMETRO
através do PROCEL com selo
de classificação classe "**A**";
gás refrigerante ecológico
(R-410A), tipo de ciclo frio,
tensão de 220v/60Hz -
monofásico, bomba de
dreno, baixo nível de ruído,
fechimento automático, proteção
anti corrosão; filtro anti bactéria
de alta performance lavável,
função desumidificação;
controle remoto sem fio com
display de cristal líquido,
funções fan (regula
velocidade), timer, sleep, smart
(ajuste automático de
temperatura), swing (ajuste

5

Pç

R\$
7.172,96

R\$
1.089,30

R\$
8.262,26

R\$
41.311,30



	automático de direção do ar); unidade interna compacta; fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa – PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal; tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre. Fornecimento e instalação.						
7	Condicionador de ar tipo Split Cassete 25.000 BTU's tecnologia inverter - compressor rotativo inverter , cor do painel branca (evaporadora), com capacidade nominal de refrigeração de 25.000 BTU/h , etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo de classificação classe "A", gás refrigerante ecológico (R-410A), tipo de ciclo frio, tensão de 220v/60Hz – monofásico, bomba de dreno, baixo nível de ruído, reinício automático; proteção anti corrosão; filtro anti bactéria de alta performance lavável.	2	Pç	R\$ 7.909,29	R\$ 1.230,60	R\$ 9.139,89	R\$ 18.279,78

7



função desumidificação,
controle remoto sem fio com
display de cristal líquido,
funções fan (regula
velocidade), timer, sleep, smart
(ajuste automático de
temperatura), swing (ajuste
automático de direção do ar).
unidade interna compacta;
fabricação nacional e
assistência técnica em João
Pessoa – PB. Garantia mínima
de 2 anos no equipamento e 3
anos no compressor; manual
de instrução em português.
Distância mínima entre a
evaporadora e a
condensadora: 3 (três) metros
e máxima 20 (vinte) metros.
Gabinete da unidade externa
(condensadora) de metal;
tubulação da unidade externa
(condensadora) de cobre.
Fornecimento e instalação.

8

Condicionador de ar tipo **Split
Cassete 30.000 BTU's**
tecnologia **inverter** -
compressor rotativo **inverter**,
cor do painel branca
(evaporadora), com capacidade
nominal de refrigeração de
30.000 BTU/h, etiqueta de
eficiência energética com
certificação do INMETRO
através do PROCEL com selo
de classificação classe "A";
gás refrigerante ecológico

2

Pq

R\$
10.082,60

R\$
810,67

R\$
10.893,27

R\$
21.786,54

p

M



8

	<p>(R-410A); tipo de ciclo frio; tensão de 220v/60Hz – monofásico, bomba de dreno, baixo nível de ruído; reinício automático; proteção anti corrosão; filtro anti bactéria de alta performance lavável; função desumidificação; controle remoto sem fio com display de cristal líquido; funções fan (regula velocidade), timer, sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar); unidade interna compacta; fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa – PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal; tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre. Fornecimento e instalação.</p>						
9	<p>Condicionador de ar tipo <i>Split Cassete</i> 36.000 BTU's tecnologia <i>inverter</i> - compressor rotativo <i>inverter</i>, cor do painel branca (evaporadora), com capacidade</p>	93	Pg	R\$ 10.410,00	R\$ 862,67	R\$ 11.272,67	R\$ 1.048.358,31

8



nominal de refrigeração de 36.000 BTU/h, etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo de classificação classe "A", gás refrigerante ecológico (R-410A), tipo de ciclo frio; tensão de 220v/60Hz - monofásico, bomba de dreno, baixo nível de ruído; reinício automático; proteção anti corrosão, filtro anti bactéria de alta performance lavável; função desumidificação; controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade), timer, sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar), unidade interna compacta, fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa - PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal; tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre.

P

M



Fornecimento e instalação.

10 Condicionador de ar tipo **Split Cassete 46.000 BTU's tecnologia inverter - compressor rotativo inverter.** cor do painel branca (evaporadora), com capacidade nominal de refrigeração de **46.000 BTU/h**, etiqueta de eficiência energética com certificação do INMETRO através do PROCEL com selo de classificação classe "A ou B"; gás refrigerante ecológico (R-410A); tipo de ciclo frio; tensão de 220v/60Hz - monofásico, bomba de dreno, baixo nível de ruído, reinício automático, proteção anti corrosão; filtro anti bactéria de alta performance lavável; função desumidificação, controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade), timer, sleep, smart (ajuste automático de temperatura), swing (ajuste automático de direção do ar), unidade interna compacta, fabricação nacional e assistência técnica em João Pessoa - PB. Garantia mínima de 2 anos no equipamento e 3 anos no compressor; manual

2

Pç

R\$
13.025,00

R\$
1.726,60

R\$
14.751,60

R\$
29.503,20

11



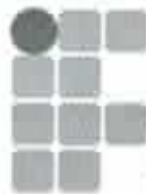
de instrução em português. Distância mínima entre a evaporadora e a condensadora: 3 (três) metros e máxima 20 (vinte) metros. Gabinete da unidade externa (condensadora) de metal, tubulação da unidade externa (condensadora) de cobre. Fornecimento e instalação.						
TOTAL						R\$ 1.390.669,66

OS EQUIPAMENTOS ESPECIFICADOS NA TABELA ANTERIOR SERÃO UTILIZADOS NA QUANTIDADE E NOS SEGUINTE AMBIENTES:

- a) Blocos principal e secundário (salas de aula)
- 50 (cinquenta) *Split* Cassete, com capacidade de 36.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
 - 02 (dois) *Split* do tipo Cassete, com capacidade de 30.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
 - 01 (um) *Split* do tipo Cassete, com capacidade de 17.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
 - 02 (dois) *Split* do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 24.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
 - 02 (dois) *Split* do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 12.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
 - 04 (quatro) *Split* do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 9.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- b) No bloco da UAG (UA5)
- 43 (quarenta e três) *Split* do tipo Cassete, com capacidade de 36.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
 - 02 (dois) *Split* do tipo Cassete, com capacidade de 17.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.

pe

M



- 01 (um) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 9.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.

c) No Bloco da UA2 e Restaurante Estudantil

- 02 (Dois) Split do tipo Cassete, com capacidade de 17.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 02 (Dois) Split do tipo Cassete, com capacidade de 25.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 02 (Dois) Split do tipo Cassete, com capacidade de 45.000BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 01 (um) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 12.000BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 04 (quatro) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 9.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 02 (dois) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 18.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 01 (um) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 30.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.

d) Outros ambientes acadêmico/administrativos

- 20 (Vinte) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 12.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 20 (vinte) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 18.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.
- 20 (vinte) Split do tipo *Hi-Wall*, com capacidade de 24.000 BTU/h, tecnologia *Inverter*, monofásico 220Vac/60Hz, ciclo frio.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

Os materiais deverão atender no mínimo as seguintes especificações, comum a todos os condicionadores de ar tipo *split hi-wall*, 9.000, 12.000, 18.000, 24.000 e 30.000 btus:

- Painel na cor branca,
- Defletor de ar direcional,
- Controle remoto LCD sem fio,
- Filtro anti alergênico que elimina também alguns tipos de vírus, bactérias, odores, poeiras e pelos de animais, lavável,
- Função que garanta rápida refrigeração;



- Desumidificação, este modo reduz a umidade incômoda da sala sem excesso de refrigeração;
- Proteção anticorrosão;
- Função *Swing* proporcionando uma melhor distribuição do fluxo de ar, reduzindo a diferença de temperatura entre os locais mais altos e baixos do ambiente, com três opções de conforto térmico: refrigeração, ventilação e desumidificação;
- Função *Fan* permitindo, por exemplo, operar como ventilador;
- Função Timer que Permite programar em até 24h o tempo para ligar ou desligar o aparelho;
- Auto reinício que permite reiniciar o aparelho automaticamente em caso de queda de energia, mantendo a mesma configuração anterior;
- Sistema de Identificação da condição do ambiente e escolhe automaticamente o melhor modo de operação do condicionador de ar;
- Função Sleep ajusta automaticamente a melhor condição para o ambiente durante a noite;
- O aparelho deverá utilizar gás ecológico R410A que não agride a camada de Ozônio;
- Nível de ruído menor que o convencional;
- Tensão 220v/60Hz – monofásico;
- Todos os materiais que compõem o produto deverão ser normatizados pela ABNT, devendo ser certificados pelo INMETRO;
- Garantia completa será no mínimo de 2 anos no produto e mínimo de 3 anos no compressor.

Das instalações:

- Os evaporadores deverão ficar suspensos, paralelos ao teto, numa distância entre 0,10m e 0,50m em relação ao teto;
- Os dispositivos de fixação deverão ser fornecidos pelo fornecedor, devendo ser na cor branca;
- Os condensadores do pavimento superior deverão ser instalados na base técnica situada na laje da cobertura dos blocos e os condensadores do pavimento inferior deverão ser instalados em base técnica no solo (já construída);
- Deverá ser fornecido para cada condicionador de ar os suportes de fixação de aço, na cor branca, pintura tipo PU;
- A fixação deverá ser feita com parafusos galvanizados com buchas e arruelas com diâmetro apropriado para a fixação;
- Deverá ser feito vácuo no sistema durante a instalação dos condicionadores de ar.



25
28

- Deverá ser realizada a carga de gás de acordo com a necessidade especificada para atingir o melhor rendimento de funcionamento do condicionador de ar;
- As ligações devem ser feitas do condensador até a unidade evaporadora e também ao ponto de energia que será indicado pelo setor responsável;
- Todas as tubulações necessárias à instalação são de responsabilidade do fornecedor;
- A distância máxima entre o evaporador e o condensador será de até 20 (vinte) metros;
- As instruções e recomendações do fabricante devem ser respeitadas na instalação;
- Todos os materiais que serão utilizados na instalação e que possuem normatização ABNT deverão estar em conformidade com a normatização, devendo ser certificados pelo INMETRO;
- Todos os materiais e serviços necessários à instalação são de responsabilidade do fornecedor;
- O processo de instalação deverá ser orientado e supervisionado por fiscal técnico responsável nomeado pelo IFPB – Campus João Pessoa, onde indicará os locais de instalação e pontos da rede frigorígena.

Nota: As especificações técnicas cabem a todos os condicionadores de ar tipo *splits hiwall*, variando apenas assim sua vazão de ar especificada de acordo com a potência solicitada e discriminada neste termo de referência, quanto as suas instalações serão efetuadas pela contratada sem ônus de custo para o IFPB – Campus João Pessoa de acordo com imposição contratual, que em sua empregabilidade deverá obedecer a parâmetros técnicos para cada tipo de equipamento. No ato deverá um representante técnico do IFPB – Campus João Pessoa, acompanhar, vistoriar e indicar os locais para instalação.

Especificações comum a todos os condicionadores de ar tipo *split Cassete*, 17.000, 25.000, 30.000, 36.000 e 46.000 btus

- Painel na cor branca;
- Filtro antibacteriano lavável;
- Ajuste de vazão de ar;
- Controle individual do ângulo das aletas;
- Função de rápido resfriamento;
- Função de reinício automático e auto diagnóstico permitindo reiniciar o aparelho automaticamente em caso de queda de energia, mantendo a mesma configuração anterior;
- Função Swing proporcionando uma melhor distribuição do fluxo de ar, reduzindo a diferença de temperatura entre os locais mais altos e baixos do ambiente, com três opções de conforto térmico, refrigeração, ventilação e desumidificação;

28



- Desumidificação, este modo reduz a umidade incômoda da sala sem excesso de refrigeração;
- Proteção anticorrosão;
- Função Timer que Permite programar em até 24h o tempo para ligar ou desligar o aparelho;
- Sistema de identificação da condição do ambiente e escolhe automaticamente o melhor modo de operação do condicionador de ar;
- Função Sleep ajusta automaticamente a melhor condição para o ambiente durante a noite;
- O aparelho deverá utilizar gás ecológico R410A que não agride a camada de Ozônio;
- Nível de ruído menor que o convencional;
- Tensão 220v/60Hz – monofásico;
- Todos os materiais que compõem o produto deverão ser normatizados pela ABNT, devendo ser certificados pelo INMETRO;
- Garantia completa será no mínimo de 2 anos no produto e mínimo de 3 anos no compressor;
- Dual Controle de Temperatura podem existir grandes diferenças de temperatura entre a zona de conforto e o local onde está instalado a unidade interna;

5.4. Das Instalações:

- Os dispositivos de fixação deverão ser fornecidos pelo fornecedor, devendo ser na cor branca;
- Os condensadores do pavimento superior deverão ser instalados na base técnica situada na laje da cobertura dos blocos e os condensadores do pavimento inferior deverão ser instalados em base técnica no solo (já construída);
- Deverá ser fornecido para cada condicionador de ar os suportes de fixação de aço, na cor branca, pintura tipo PU;
- A fixação deverá ser feita com parafusos galvanizados com buchas e arruelas com diâmetro apropriado para a fixação;
- Deverá ser feito vácuo no sistema durante a instalação dos condicionadores de ar;
- Deverá ser realizada a carga de gás de acordo com a necessidade especificada para atingir o melhor rendimento de funcionamento do condicionador de ar;
- As ligações devem ser feitas do condensador até a unidade evaporadora e também ao ponto de energia que será indicado pelo setor responsável;
- Todas as tubulações necessárias à instalação são de responsabilidade do fornecedor;
- A distância máxima entre o evaporador e o condensador será de 20 metros;



- As instruções e recomendações do fabricante devem ser respeitadas na instalação;
- Todos os materiais que serão utilizados na instalação e que possuírem normatização ABNT deverão estar em conformidade com a normatização, devendo ser certificados pelo INMETRO;
- Todos os materiais e serviços necessários à instalação são de responsabilidade do fornecedor;
- O processo de instalação deverá ser orientado e supervisionado por fiscal técnico responsável nomeado pelo IFPB – Campus João Pessoa, onde indicará os locais de instalação e pontos da rede frigorígena.

Nota: As especificações técnicas anteriores cabem a todas as unidades do tipo cassete, variando apenas assim sua vazão de ar específica de acordo com a potência ao qual solicitada e discriminada neste termo de referência, quanto as suas instalações serão efetuadas pela contratada sem ônus de custo para o IFPB – Campus João Pessoa de acordo com imposição contratual, que em sua empregabilidade deverá obedecer parâmetros técnicos para cada tipo de equipamento. No ato deverá um representante técnico do IFPB – Campus João Pessoa acompanhar, vistoriar e indicar os locais para instalação.

2. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

2.1. Os bens ofertados deverão:

2.1.1. Ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

2.1.2. Ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

2.1.3. Ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação encontra respaldo na necessidade de ambientes adequados e confortáveis, que possibilitem boas condições de aprendizagem aos estudantes e de trabalho aos servidores, assim como a comunidade que utilizarem os ambientes dentro deste Instituto. Busca-se ainda proporcionar bem-estar, saúde, conforto



térmico e eficiência profissional, além de favorecer melhoria no desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas e de integração social.

3.2. Justifica-se também a aquisição de tais equipamentos por propiciar a salubridade e a qualidade dos ambientes de trabalho e estudo, em especial devido às altas temperaturas no Estado da Paraíba.

3.3. A reforma das salas de aula dos Blocos Principal e Secundário, que juntos formam o chamado "Bloco T" do IFPB - Campus João Pessoa, a construção do bloco da Unidade Acadêmica de Gestão - UAG (UA5), a construção de ambientes da Unidade Acadêmica de Informação e Comunicação (UA2), a construção do Restaurante Estudantil e a ambientação de salas acadêmicas/administrativas, oferecerão aos usuários desses espaços as condições de conforto e segurança preconizadas na Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego NR 17 referentes à ergonomia do trabalho, conforme Item 17.5.2, quais sejam:

3.4. Nos locais de trabalho onde são executadas atividades que exijam solicitação intelectual e atenção constantes, tais como: salas de controle, laboratórios, escritórios, salas de desenvolvimento ou análise de projetos, dentre outros, são recomendadas as seguintes condições de conforto: a) níveis de ruído de acordo com o estabelecido na NBR 10152, norma brasileira registrada no INMETRO, b) índice de temperatura efetiva entre 20°C (vinte) e 23°C (vinte e três graus centígrados); c) velocidade do ar não superior a 0,75m/s; d) umidade relativa do ar não inferior a 40 (quarenta) por cento.

3.5. Dessa forma, é de suma importância a aquisição dos equipamentos e serviços em questão, de maneira a possibilitar um ambiente agradável e adequado para o desempenho das atividades administrativas e educacionais no IFPB - Campus João Pessoa.

3.6. Ademais, ressalte-se que são equipamentos que se mostram mais vantajosos tendo em vista sua eficiência energética, chegando a ser até 60% (sessenta por cento) mais econômico dentre os demais equipamentos que possuem a mesma certificação do INMETRO através do Procel com selo de classificação classe "A" para equipamentos de rotação fixa.

3.7. Dessa forma, a aquisição de condicionadores de ar com estas características técnicas, é um fator incontestável que irá propiciar redução do consumo de energia elétrica, maior vida útil ao equipamento, além de serem ecologicamente corretos, em conformidade com as exigências do Protocolo de Montreal e Portaria nº 3.523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde, pois utilizam gás refrigerante que não agride a camada de ozônio, por não possuir em sua composição CFCs (clorofluorcarbonos), substâncias à base de cloro que também são prejudiciais à saúde humana.

12

13



3.8. Atualmente a execução do Projeto Acústico, no bloco "T", que tomará os ambientes adequados, no que se refere à alínea "a" do Item 3.4, está licitada através da Concorrência 02/2015, cujo cronograma se estende até julho de 2018, a execução do RDC-01/2015 que contempla a construção do bloco da Unidade Acadêmica de Gestão - UAG (UA5) e a execução da obra que contempla a construção da Unidade Acadêmica de Informação e Comunicação (UA2) e do Restaurante Estudantil, necessitam de um projeto de climatização.

3.9. Desta maneira, a execução da instalação de um sistema de climatização, objeto deste Termo de Referência, além de acabar com um problema histórico de desconforto térmico nas salas de aula, dotará os ambientes (salas acadêmicas, administrativas, salas de aula e laboratórios) das UA2 e UA5 e dos ambientes acadêmicos/administrativos do campus, de conforto possibilitando o cumprimento do Item 17.5 da NR-17.

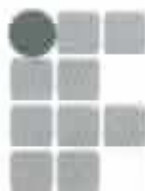
3.10. Dentre as diversas soluções que o mercado oferece, optou-se pelo sistema inverter. Tal sistema, permite uma maior economia de energia elétrica, pois, com esta tecnologia, os compressores funcionam apenas na velocidade necessária para manter a temperatura do ambiente não ocorrendo grandes oscilações na oferta da energia causando picos de energia. A economia de energia pode chegar a 60% se comparado a sistemas convencionais.

3.11. Ainda, considerando as características e usos das edificações, os custos de instalação, os custos de manutenção preventiva, os custos de manutenção corretiva e os custos com o consumo de energia elétrica, optamos por adotar a instalação dos modelos cassete inverter, na maioria dos ambientes, que permite a promoção de uma melhor distribuição do ar refrigerado, possibilitando um maior conforto e uma maior economia.

3.12. A instalação dos aparelhos condicionadores de ar do tipo inverter nos ambientes acadêmicos/administrativos não somente trará benefícios no que diz respeito à qualidade de vida dos estudantes e servidores, mas também no que tange à economia advinda do menor consumo e melhor aproveitamento dos recursos energéticos pelo uso da tecnologia inverter.

4. JUSTIFICATIVA DO SRP

4.1. A realização do processo de compra é uma forma de facilitar a aquisição de materiais de consumo pelo órgão gerenciador (IFPB - Campus João Pessoa) e órgãos



participantes que demandam de alguns dos materiais deste TR para realização de suas respectivas atividades (Decreto 7.892 de 23/01/2013, Art. 3º Inciso III)

4.2. Justifica-se, também, por não ter sido possível definir a quantidade exata a ser solicitada dos materiais constantes neste Termo de Referência (Decreto 7.892 de 23/01/2013, Art. 3º Inciso IV)

4.3. Ainda, quanto ao IFPB – *Campus* João Pessoa, a aquisição se faz necessária para a sua devida estruturação, tendo em vista que o seu prédio próprio encontra-se em fase de reforma e de novas construções, para posterior recebimento.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, em conformidade com os quantitativos dispostos no termo de referência, nos seguintes endereços (gerenciador e participantes):

6.1.1. IFPB – *Campus* João Pessoa - Av. 1º de maio, 720 – Jaguaribe – João Pessoa/PB, em horário de expediente da Coordenação do Almoxarifado: 08 às 12h e das 13 às 17h;

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas

19

M



e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano; bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;



- 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.1.6. não manter a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias:

12.3.1. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Handwritten signatures in blue ink.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA
Campus João Pessoa



12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

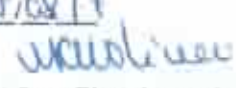
12.5.1. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.5.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

João Pessoa, 25 de agosto de 2017.



Karolína Yonara Lucena de Castro
Técnica em Eletrotécnica
SIAPE 1986605

Ciente em 27/08/17

Diretoria de Administração e Planejamento

Aprovo em 28/08/2017

Diretor Geral

Neilor Cesar dos Santos
Diretor Geral
IFPB - Campus João Pessoa

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2017
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

Contratado:	
CNPJ:	Telefone:
Endereço:	
E-mail:	
Nota de Empenho:	
Data da solicitação:	

ITEM	MARCA MODELO DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$

A empresa deverá observar o prazo de entrega disposto no edital e seus anexos.

(Nome e Assinatura do Responsável pela Solicitação do IFPB)

ANEXO IV

TERMO DE CONTRATO COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A EMPRESA
.....

O(A).....(órgão ou entidade pública Contratante), com sede no(a) , na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos dos bens efetivamente adquiridos e dos serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas no edital e no termo de referência.

7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: